



**FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, BIOLÓGICAS,
EXATAS E SOCIAIS – FABES**

INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO CAPIMGROSSENSE – ISEC

CURSO DE PEDAGOGIA

**JAMIELSON GOMES RIOS
LUIZA TELMA RODRIGUES NOVAES VILARONGA
TEODICÉIA SANTOS RIOS FERREIRA**

**As dificuldades da avaliação no processo educativo:
uma discussão ainda vigente**

Capim Grosso
2009

JAMIELSON GOMES RIOS
LUIZA TELMA RODRIGUES NOVAES VILARONGA
TEODICÉIA SANTOS RIOS FERREIRA

**As dificuldades da avaliação no processo educativo:
uma discussão ainda vigente**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto Superior de
Educação Capimgrossense – ISEC, como
requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Kátia Cristina Novaes Leite

Capim Grosso
2009

JAMIELSON GOMES RIOS
LUIZA TELMA RODRIGUES NOVAES VILARONGA
TEODICÉIA SANTOS RIOS FERREIRA

**As dificuldades da avaliação no processo educativo:
uma discussão ainda vigente**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto Superior de
Educação Capimgrossense – ISEC, como
requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA:

Nossa Gratidão

A Deus, pelo dom da vida, e forças que representa em nossas vidas, inclusive durante os desafios da caminhada.

Aos Nossos pais e familiares que sempre nos encorajaram e incentivaram, acreditando em nós. A quem retribuímos todo o afeto recebido. Também por entenderem tantos momentos de renúncia para focalizarmos a busca pela realização deste sonho.

Aos professores que, dividiram seus conhecimentos com responsabilidade, em particular à nossa orientadora Kátia Leite, que com sua competência transformou pequenos e simples momentos em grandiosos saberes.

Aos colegas, que compartilharam conosco anseios e angústias, mas que a todo o momento estiveram do nosso lado para vibrarmos pelas vitórias e conquistas.

A todos os que contribuíram, direta ou indiretamente para que hoje pudéssemos estar aqui.

“Vai aqui este pedido aos professores, pedido de alguém que sofre ao ver o rosto aflito das crianças: lembrem-se de que vocês são pastores da alegria, e que a sua responsabilidade primeira é definida por um rosto que lhes faz um pedido: por favor; me ajude a ser feliz [...]”

Ruben Alves

RESUMO

O presente trabalho monográfico busca refletir o verdadeiro papel da avaliação na construção do conhecimento. Para tanto, é preciso entender o que nos diz o próprio termo, tendo em vista algumas atribuições dadas ao mesmo. Porém, é indispensável buscar na história relatos sobre o surgimento da prática avaliativa, bem como as maneiras utilizadas por algumas culturas, levando em conta tempo e espaço no qual ocorria essa prática, na tentativa de entender as dificuldades que permeiam a ação de avaliar, no âmbito do ensino e da aprendizagem, consciente de que a escola é uma instituição inserida em um contexto social no qual exerce influências ao passo que também se deixa influenciar. Mesmo porque, os indivíduos dela freqüentastes, vivem num contexto que não se restringe aos muros escolares, de onde trazem conhecimentos a serem aprimorados dentro do contexto escolar e para o qual devolveram esses conhecimentos, agora aprimorados. Faz-se necessário também, analisar as funções que devem ser exercidas pela avaliação, para que a mesma cumpra seu papel, bem como qual deve ser a postura do professor, mediador do aprendizado, uma vez que seu papel no decorrer da história era de detentor do conhecimento, em detrimento do aluno, mero receptor. Também, questionam-se, juntamente com a postura dos professores, os instrumentos por eles utilizados e sua eficácia, além da maneira como esses mesmo instrumentos sempre foram utilizados, sem objetivos definidos e que acabam causando inúmeros traumas que refletem diretamente na educação atual. E por fim, é preciso fazer uma constatar a eficácia da avaliação tradicional, tendo em mente sua contribuição na formação do cidadão. Essa análise permitiu uma reflexão que, conseqüentemente, permitiu tirar conclusões tanto sobre os reais entraves no processo de avaliação do ensino e aprendizagem, quanto sobre qual deve ser a postura da escola contemporânea frente aos ranços existentes, na tentativa de provocar mudança de paradigmas e solucionar os problemas referentes a dificuldade na realização desse processo.

Palavras-chave: Avaliação; Ensino e aprendizagem; Processo; Métodos Avaliativos; Critérios; Professor; Aluno.

ABSTRACT

This job search monographic reflect the true role of evaluation in knowledge construction. For this, we must understand that in case the term itself, taking on some tasks given to it. However, it is essential in the search history reports on the development of evaluation practice and the ways used by some cultures, taking into account time and space in which this practice occurred in an attempt to understand the difficulties that permeate the action to assess, in context of teaching and learning, aware that the school is an institution incorporated in a context in which social influence while also influence ceases. Even because the individuals it frequently, living in a context that is not restricted to school walls, which provide knowledge to be improved within the school context and for which it returned, now improved. It is also necessary to examine the functions to be performed by the evaluation so that it fulfills its role and what should be the position of teacher, facilitator of learning, since its role in the course of history was holding of knowledge, rather than student, mere receiver. Also, question is, together with the attitude of teachers, the tools they use and their effectiveness, in addition to how these same tools have been used, without set goals and eventually causing many injuries that reflect directly on education today. And finally, we must make a note the effectiveness of traditional assessment, bearing in mind its contribution in the formation of the citizen. This analysis led to a reflection that, therefore, allowed to draw conclusions about both the real obstacles in the evaluation of teaching and learning, about what should be the stance of contemporary school before the existing stale, trying to cause change of paradigms and solve problems related to difficulty in achieving this process.

Keywords: Assessment, Teaching and learning process, evaluation methods, criteria, Professor, Student.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
 CAPÍTULO I	
1. A avaliação e sua história	15
1.1 A avaliação na Idade Antiga	17
1.2 A avaliação na Idade Média	20
1.3 A avaliação no Renascimento	22
1.4 A avaliação nos Tempos Modernos	23
1.5 A avaliação na Idade Contemporânea	24
1.6 O surgimento da Avaliação no Brasil	25
 CAPÍTULO II	
2. Funções da Avaliação	26
2.1 Mensuração	27
2.2 Descritiva	27
2.3 Julgamento	28
2.4 Negociação	29
2.4.1 Função Diagnóstica	30
2.4.2 Função Formativa	32
2.4.2.1 Metacognição x Avaliação Formativa	33
2.4.3 Função Somativa	35
 CAPÍTULO III	
3. Avaliação tradicional X avaliação adequada: caminhos paralelos ou opostos?	38
3.1 Avaliação processual no ensino e aprendizagem	40
3.2 Qual a finalidade da avaliação e o que precisa ser mudado?	41
 4. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	47
 5. REFERÊNCIAS	50

1. INTRODUÇÃO

O homem é um ser dotado de múltiplas inteligências, capaz de construir e reconstruir seu conhecimento, já que é um ser que se relaciona, observa e compreende o mundo a sua volta, além de interferir nos acontecimentos que o rodeiam.

Ao nascer, a criança começa a obter o contato com outras pessoas, o que lhe permite a aquisição de conhecimentos informais com sua família, amigos, vizinhos, entre outros. Tais conhecimentos precisam ser, mais tarde, aprimorados, de modo a viabilizar ao sujeito uma gama de conhecimentos formais e assim, alcançar uma formação integral assumindo maiores condições de viver em seu meio social.

Para melhor expandir esses conhecimentos, o indivíduo precisa estar inserido em uma instituição escolar, pois a mesma é responsável por auxiliar o sujeito no seu desenvolvimento, possibilitando a obtenção de diversas informações, desta forma aprimorando todo conhecimento que for enriquecedor ao seu desenvolvimento intelectual, social e cultural.

A escola, por ser um espaço responsável pelo desenvolvimento do cidadão, precisa rever os métodos avaliativos que vêm sendo aplicados, se realmente estão de acordo com o Projeto Político Pedagógico - P.P.P. o qual deve ser construído com a participação de representantes da comunidade escolar (diretor, professores, alunos, etc), bem como da comunidade na qual a escola se encontra inserida, para, a partir daí, formar o cidadão capaz de atuar na sociedade, tendo em vista que a escola não se restringe ao espaço físico e deve estar em sintonia com tudo que ocorre à sua volta, espaço no qual irão atuar os cidadãos que dela provém.

Assim, o P.P.P. é um instrumento norteador para a escola alcançar o objetivo almejado. Além disso, esse documento preocupa-se também com a qualidade do ensino, visto que o educando deve ser o construtor de seu próprio conhecimento, cabendo ao professor ter consciência e compreender que será o mediador para o progresso do aprendizado de cada aluno e não o detentor do conhecimento. Tal

postura permite que a escola seja um espaço de constantes trocas de experiências, construção e reconstrução de conhecimento, o qual, por ser científico, difere-se do que o sujeito adquire fora do espaço escolar, que também é importante para a sobrevivência do indivíduo, mas precisa ser aprimorado, o que é responsabilidade da instituição escolar.

Vale ressaltar ainda que a educação formal é necessária para o crescimento do ser humano, sendo a escola de suma importância na formação do indivíduo, no seu desenvolvimento cognitivo, cabendo ao professor desenvolver metodologia diversificada para atingir a todos e, quando não for possível, pelo menos a maioria. Essa metodologia diversificada deverá prender a atenção dos educandos e, sobretudo, favorecer ao professor o desempenho de seu papel com afetividade, autonomia e respeito com seus alunos, pois, a partir daí, conseguirá fazer com que o aluno aprenda com mais prazer e satisfação.

Observa-se ainda que as últimas décadas têm sido marcadas por inúmeras mudanças em todos os seguimentos sociais, o que inclui a escola dentro deste contexto. Tais mudanças requerem um acompanhamento constante, pois trazem consigo inquietações e questionamentos; requerem também flexibilidade na postura adotada frente ao surgimento ininterrupto de novas realidades, para que não entrem em choque os velhos e os novos costumes.

No âmbito escolar, um dos temas polêmicos é a avaliação, carregada de dúvidas, incertezas e inseguranças, fazendo com que a mesma seja um objeto de estudo de muitos especialistas e outros interessados. Todos veem o ato de avaliar como uma necessidade nos diversos setores, e não é diferente no que tange ao ensino e à aprendizagem. Porém, os instrumentos utilizados nesse processo, a forma como são elaborados e aplicados e ainda a maneira de analisá-los após a aplicação é o principal objeto de estudo concernente a avaliação.

O ser humano começou a descobrir logo cedo a importância da observação, da análise dos acontecimentos para o seu crescimento intelectual. No decorrer da história, porém, foi aprimorando cada vez mais essa idéia.

O ato de olhar para as suas próprias ações, bem como para as ações de outros, permite ao sujeito perceber em que e quando errou para, a partir daí, trilhar caminhos diferentes, ou os mesmos caminhos de maneira diversificada, sempre na busca pelos objetivos almejados. Assim, ele necessita receber um ensino de qualidade que lhe possibilite construir conhecimentos capazes de prepará-lo para a vida como um todo, tornando-o um ser completo, um cidadão pleno.

Este cidadão estará apto a lidar com as situações mais diversas tanto na vida pessoal quanto profissional, pois terá consciência do seu verdadeiro papel, bem como dos que o rodeiam, inclusive das suas limitações, consciência suficiente para guiar suas ações a ponto de contribuir não só para o seu bem, mas para o bem comum.

Entretanto, para que isso se concretize, é necessário parar constantemente e fazer retrospectivas críticas das ações e atitudes, suas e do outro. Mas, acima de tudo, é preciso agir após diagnosticar alguma atitude errada. Por outro lado, faz-se necessário ter em mente que cada situação requer medidas específicas, assim como na medicina que, para cada diagnóstico, faz-se um tratamento específico. Esse é o motivo pelo qual, dentro desse processo, muito tem-se discutido a respeito da avaliação nos últimos anos. Falar em avaliação no contexto escolar nos reporta para uma demanda muito mais reflexiva, pois o ato de avaliar vai além do elaborar teste e provas, ou seja, quantificar o aprendizado do aluno; perpassa por uma dinâmica de trabalho que leve tanto os docentes quanto os discentes a participarem de forma ativa do processo de ensino e aprendizagem.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, a avaliação não deve se restringir em julgar os erros, o fracasso ou o sucesso do aluno, mas deve ser compreendida como um instrumento que possibilita ao professor conhecer seu aluno, verificar se o mesmo conseguiu re-elaborar seus conhecimentos e se o processo de ensino e aprendizagem ocorreu de forma satisfatória, positiva e efetiva.

Mas, para que essa avaliação se processe de forma “igualitária”, é preciso que sejam organizados critérios que atendam às demandas da turma, levando em consideração toda a sua vivência, suas particularidades, possibilitando o

desenvolvimento e/ou aprimoramento do senso crítico dos estudantes, a partir das propostas elaboradas pela escola e, em particular, pelo professor.

Existe uma contradição entre a teoria e a prática de alguns professores em relação à avaliação, os quais fazem dessa prática uma ação classificatória, autoritária e seletiva e não uma ação processual e contínua, como vem sendo explícita nos planos de unidade escolar.

A avaliação deve servir para que o professor capte as necessidades do aluno em termos de ensino e aprendizagem, para que esta mudança na avaliação aconteça de forma concreta deixando assim, de ser um fim em si mesma.

Segundo Vasconcellos (1995)

Precisamos de práticas concretas que incorporem estes novos princípios. Não bastam idéias novas, corretas, bonitas precisamos encontrar formas concretas de colocar em prática, pois caso contrário, corremos o risco de ficar apenas no mundo das idéias.

Contudo, para que o educador tenha sucesso na sua prática educativa, deverá ser inovador, criativo e reflexivo e também utilizar variadas formas de avaliar o aluno, e que esta avaliação seja uma forma de diagnosticar as dificuldades apresentadas por ele, daí se trabalhar a partir dessas dificuldades para que ocorra realmente o aprendizado. Além disso, não se devem utilizar simplesmente testes ou provas, pois a intenção da realização de provas ou testes é uma constatação de resultados, isto é, aplicam-se testes ou provas para verificar se o aluno aprendeu, o que consiste simplesmente em “medir conhecimento” e ver se o discente sabe ou não determinado conteúdo.

Portanto, o propósito da avaliação não é somente atribuir uma nota ao aluno, e sim, avaliar o discente como um todo, durante o processo de desenvolvimento dele, detectando as dificuldades apresentadas, procurando soluções para que ocorra uma aprendizagem mais significativa e uma educação de qualidade para a formação do indivíduo. Afinal, a avaliação é poderosa e indispensável, no esforço de levantamento das dificuldades específicas de cada aluno.

Nessa perspectiva, o professor precisa organizar melhor seus critérios avaliativos, adequando-os às necessidades da turma, visando melhorar a qualidade de estudo e de ensino e aprendizagem para que, assim, tanto alunos quanto professores possam estar sabendo como se dá realmente o processo de avaliação na escola.

Mediante estes fatores, o presente projeto de pesquisa monográfica está voltado para observações e reflexões sobre os métodos avaliativos utilizados na prática educativa, com intuito de buscar possíveis soluções para as dificuldades apresentadas em relação ao processo de avaliação, trazendo presente um pouco da história, permitindo entender como, quando e com que propósito surgiu essa prática. Pretende-se, ainda, dialogar com alguns autores sobre os entraves que perpassam esse processo ao longo dos tempos e que, infelizmente, ainda se fazem presente nas práticas educativas da atualidade.

Para tanto, foi realizada a pesquisa bibliográfica, que permitiu um aprofundamento maior da maneira como a avaliação vem sendo vista e utilizada em várias épocas e espaços, revelando, assim, a origem de muitos entraves encontrados hoje, no que tange o ato de avaliar. Esse trabalho encontra-se abordado através de capítulos, os quais, além de mostrar parte do histórico da avaliação, apresentam alguns conceitos atuais atribuídos ao referido termo, enfocando, ainda, o papel da escola, em especial do professor, frente a esse processo.

O capítulo I traz uma abordagem simples, clara e de fácil entendimento sobre avaliação, desde algumas definições atribuídas ao termo “avaliar”, e segue mostrando como isso acontecia em determinados períodos históricos. Fica explícito que a avaliação, além de acontecer de várias formas, sempre esteve atrelada a intencionalidades específicas de cada cultura, ou seja, sempre ocorria para atender a determinado fim, não era por acaso.

Também fica claro que a avaliação, na maioria das vezes, era usada como instrumento de manipulação e nada tinha a ver com o melhoramento do aprendizado do aluno, ou então, para cobrar conhecimentos exigidos, os quais seriam

quantificados ao final da aplicação dos instrumentos ou realização das provas. Em algumas culturas, até a dignidade e o prestígio dos jovens dependiam do seu desempenho nas tarefas às quais eram submetidos. Isso perdurou até o surgimento de pessoas corajosas o suficiente para contestar com esses modelos tradicionais, dando origem à busca por maneiras mais eficientes de trabalhar o processo de avaliação.

No capítulo II são enfocadas algumas das funções da avaliação dentro de contextos denominados “gerações”, revelando claramente que o conjunto de fatores apresentados e que devem construir o ato de avaliar, encontravam-se separados, dissociados, buscando, cada um, objetivos distintos para atender a necessidades que muitas vezes não tinham compromisso com a melhoria do aprendizado do aluno.

Percebe-se, dentre essas gerações, diversas realidades. Em alguns casos, o foco era o aluno, porém, com mera intenção de quantificar seu aprendizado e o professor não era visto como um mediador. Em seguida, perde-se esse foco central (o aluno), para definir padrões e critérios eficazes de análise, ou, melhor dizendo, verificação do aprendizado, ou ainda, informações obsoletas sobre programas desenvolvidos com os aprendizes.

Este mesmo capítulo relata também sobre o surgimento de testes e provas escritas, inclusive quando esses instrumentos chegaram a ser padronizados e serviam como forma de julgamento, contexto no qual o professor assumia o papel de juiz. Em contrapartida, outra geração via o ato de avaliar como forma de interagir, negociar baseando-se, para tanto, em princípios construtivistas. Isso ocorreu para combater outro modelo da época, conforme consta no capítulo, bem como a intenção dentro desse conceito.

Conforme a abordagem do segundo capítulo, fica claro que não se deve buscar um modelo perfeito, mesmo porque cada sala de aula é composta por um público heterogêneo e requer maneiras e estratégias diversificadas ao realizar a avaliação. Portanto, devem-se buscar as formas que mais se adequem à turma, sempre observando, experimentando e comprovando a eficácia dos instrumentos e

formas utilizadas, sendo flexíveis a ponto de mudar quando necessário, tendo em vista o foco principal que é um aprendizado de qualidade para o educando e sua formação enquanto cidadão.

O terceiro capítulo aborda o modelo de avaliação tradicional, objetivando entendê-la como adequada ou não na construção da cidadania, pois o mesmo, além de ter marcado a história da educação, ainda se faz presente na atualidade, contudo não tão forte quanto no passado.

Avaliar é um ato constante, processual, não é algo estático e deve intervir, constantemente, em inúmeros momentos durante a vida escolar do estudante. Esse recurso deve servir, inclusive, de auto-análise para alunos, professores e para aprimoramento das metodologias utilizadas na caminhada rumo à formação do cidadão.

A avaliação tradicional do passado não objetivava, em grande escala, o aprendizado do aluno. E agora, com que roupagem ela se apresenta no processo educacional? Será ela eficaz? É isso que o capítulo III nos traz.

Para finalizar, as considerações conclusivas apresentam as constatações a partir de todo o estudo e faz algumas colocações importantes, dentre elas, algumas sugestões de qual deve ser a postura da escola e, principalmente, dos profissionais da educação que queiram se desprender da avaliação apenas burocrática, para realizar um trabalho de qualidade, ajudando os aprendizes a trilharem o caminho da construção do conhecimento, e, conseqüentemente, da construção da sua própria cidadania.

CAPÍTULO I

1. A avaliação e sua história

Evoluímos em muitos aspectos, principalmente no formato de discussão sobre Educação, porém, a avaliação é o ponto mais fraco do ensino brasileiro.

(Ellen Cristina de Paula Ortiz)

Através do registro, os seres humanos encontraram maneiras eficazes de permitir que acontecimentos importantes pudessem ser lembrados pelas gerações futuras. Além disso, tais registros possibilitam à humanidade, após ter conhecimento de fatos ocorridos em épocas e espaços diferentes, entender acontecimentos de sua própria época. Essa afirmação deixa claro que a explicação para muitas coisas encontra-se na história, sendo a história escrita uma das mais eficazes, senão a mais eficaz dentre as formas de registrar acontecimentos históricos usados pelo homem. Esta é a razão pela qual esse trabalho se propõe a registrar parte da história da avaliação, no intuito de encontrar possíveis explicações para as dificuldades apresentadas em torno do ato de avaliar, ainda nos dias atuais.

Antes de darmos início a este pequeno passeio pela história da avaliação, que trilha um caminho paralelo com a educação como um todo, é importante entendermos o que nos diz o próprio termo “avaliar”, ou “avaliação”.

Segundo o dicionário Aurélio¹, avaliar é determinar o valor de algo. O Larousse² concorda com o Aurélio, porém acrescenta que, avaliar é determinar a importância de alguma coisa. E um terceiro dicionário escolar³ apresenta o ato de avaliar como fazer análise de algo, pensando vantagens e desvantagens, não descartando a idéia de atribuir valores. De antemão, vê-se que o termo avaliar, ou avaliação é apresentado sempre atrelado a questões quantitativas, em alguns casos

¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Junior: dicionário escolar da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2005.

² BORDOS, Larousse. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Cultural LTDA, 1999.

³ AULETE, Caldas. **Minidicionário contemporâneo de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

sozinho, em outros, acompanhado por atribuições diferenciadas. A questão é que ainda é cedo para se apresentarem conclusões, mas tal fato já desperta para a necessidade de um olhar minucioso no tocante à questão de como é visto o termo avaliar, tendo em mente que, se esses instrumentos (dicionários), tão utilizados por aprendizes da língua, possuidores de grande influência na conquista do saber, apresentam quase que unanimemente as definições citadas acima, cabe refletir de que forma serão interpretados e até que ponto aceitos pelos usuários dos mesmos; principalmente por futuros profissionais da educação. Sem contar que, nestas fontes de pesquisas, constam informações na maioria das vezes, se não totalmente incontestáveis pelos seus usuários.

De acordo com Libâneo (1994), a avaliação escolar deve ser

Um componente do processo de ensino que vise, através de verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos, e daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes.

Partindo dessa visão, a avaliação constitui-se um dos elementos indispensáveis no processo de ensino e aprendizagem, pois serve para nortear o trabalho pedagógico a ser desenvolvido.

O termo avaliar é oriundo do latim *a + valere*, que implica atribuir valor e mérito ao objeto em estudo (KRAEMER, 2005), ficando claro que o ato de avaliar, para a escola, conforme essa definição restringe-se a quantificar o aprendizado, uma vez que este é o objeto de estudo das instituições escolares. Essa forma de pensar descarta a possibilidade de fazer uso da avaliação, ou dos instrumentos avaliativos, como ferramenta de auxílio na busca de melhor rendimento dos educandos. Assim, ainda tendo em vista essa mesma definição, pode-se afirmar que, na maioria das situações em que se faz uso de instrumentos avaliativos no âmbito escolar, está-se pensando exclusivamente na atribuição de valores quantitativos; o que o aluno consegue aprender, a partir da ótica de quem ensina, desconsiderando também questões emocionais e outros fatores que podem influenciar na hora de realizar uma avaliação. Esta visão vem sendo contestada por

muitos estudiosos da área, julgada ineficaz no processo de avaliação do aprendizado.

Para uma melhor análise de como se deu o surgimento do conceito atual de avaliação, veremos um pouco das principais tendências que marcaram alguns períodos históricos, os quais são: Idade Antiga, Idade Média, Renascimento, Tempos Modernos e Idade Contemporânea, aproveitando para estudar um pouco sobre o surgimento da avaliação em Território Nacional/Brasil.

1.1 A avaliação na Idade Antiga

A história antiga foi marcada por diversas formas de avaliação. A exemplo disso, Lima (2008) lembra provas às quais os adolescentes de algumas tribos eram submetidos para que, mediante o resultado destas, pudessem ser considerados adultos. Ou seja, o fato de ter atingido a idade adulta ou possuir maturidade não era suficiente para que os jovens fossem considerados adultos, mas precisavam conquistar tal direito através do êxito nas atividades às quais eram submetidos de acordo com os costumes locais. É interessante notar que, ainda nos dias atuais, existem muitas cobranças por parte da sociedade, às quais determinam padrões de atitudes a serem assumidas pelos jovens, a fim de os mesmos serem vistos por todos como adultos, critérios estes que, em muitos casos, independem da idade cronológica. Sem falar em tantos outros tipos de exigências, no intuito de provar estarem de acordo com os padrões constantemente criados pela sociedade.

Segundo alguns sociólogos, existiram civilizações, dentre as quais se encontra a civilização chinesa, que usavam exames específicos para selecionar candidatos ao serviço público. O que há de mais curioso nisso é que esses costumes influenciavam na educação e serviam como artifício para preservação das tradições e costumes, perpassando pela política, isso ainda em 360 a. C. (KREAMER, 2005).

Com base nestas informações, pode-se observar que os métodos avaliativos utilizados nesse contexto já traziam consigo um caráter extremamente classificatório, carregado de intencionalidades específicas, às quais visavam unicamente medir a

capacidade desses indivíduos, tendo em vista a possibilidade de assumirem posições de destaque na sociedade. Além disso, não se pode esquecer que as posições privilegiadas eram distribuídas visando sempre a influência que alguns exerciam na tomada de decisões, por serem pertencentes a famílias detentoras de alto poder aquisitivo.

Semelhantemente, nunca houve na história, tanta preocupação com a realização de processos seletivos como na atualidade. No setor trabalhista, isso se dá em virtude de diversos fatores, dentre eles o grande aumento populacional, fazendo com que o número de pessoas exceda a demanda existente no mercado de trabalho. Por outro lado, a minoria da população disponível possui qualificação adequada para ocupar alguns cargos. Existem ainda outros setores que enfrentam situações semelhantes, a exemplo das instituições de ensino superior que também realizam provas e/ou exames totalmente classificatórios e excludentes, para determinar quem terá acesso ao serviço oferecido por elas, pois as vagas existentes só contemplam uma minoria, entre outros setores que fazem uso de critérios seletivos.

Vale ressaltar que, o que está em xeque é a forma como muitos destes processos de seleção ocorrem. No setor de trabalho, por exemplo, vê-se muito o uso dos testes seletivos como instrumento de troca de favores, ou meio de privilegiar alguém, por alguma conveniência.

Encontra-se no livro de Juízes, (12: 5,6), citações sobre o que, segundo alguns, seriam as primeiras notícias de exames orais:

Porém tomaram os gileaditas aos efraimitas os vauš do Jordão; e sucedeu que, quando os fugitivos de efraim diziam; És tu efraimita? E dizendo ele: Não; então, lhe diziam: Dize, pois chibolete; porém ele dizia: sibolete, porque o não podia pronunciar assim bem; então, passavam dele e o degolavam nos vauš do Jordão; e caíram de Efraim, naquele tempo, quarenta e dois mil (BÍBLIA, 1995, p. 405).

Esta passagem mostra claramente que todas as vezes que alguém tentasse atravessar o rio Jordão, seria submetido a uma avaliação através da qual poderia ser identificado como efraimita ou não, uma vez que, qualquer um que fosse

classificado como tal não seria considerado bem-vindo entre os que estavam com Jefté. O teste ao qual o povo era submetido consistia em pronunciar a palavra “chibolete”, porém os efraimitas pronunciavam “sibolete”, erro simples, mas que custou, conforme a passagem citada, a vida de quarenta mil efraimitas.

Em Esparta, para conquistarem prestígio e posição perante o povo, os jovens gregos precisavam provar sua resistência física, uma vez que entre os gregos dava-se grande importância a essa questão. Para tal, eram submetidos a rígidas provas desenvolvidas em forma de jogos competitivos, através das quais sua resistência à fadiga, à fome, à sede, ao calor, ao frio e à dor era colocada à prova. A tamanha importância dada por eles à destreza e às habilidades dos seus jovens, bem como à sua resistência física, é perceptível se observado o fato de estes valorizarem os praticantes de furtos, desde que o fizessem com astúcia. Aquele que tal feito alcançasse era considerado digno de honras. Não era o ato em si, mas as habilidades demonstradas durante o desempenho do indivíduo ao realizá-lo que proporcionava ao praticante galgar uma posição de destaque na sociedade.

Já em Atenas, encontramos algo bem diferente, pois não se exigiam esforços físicos como forma de testes. O que ganha destaque são os questionários orais utilizados por Sócrates, os quais buscavam um objetivo maior que era o auto-conhecimento, tema com o qual o filósofo se identificava de tal forma que dedicou maior parte de sua vida a se aprofundar nos estudos da área, acreditando estar na auto-avaliação um dos pressupostos básicos para o encontro da verdade (LIMA, 2008, s.p.)⁴.

Se comparada com outras realidades citadas até aqui, Atenas apresenta grandes avanços, por priorizar o intelecto ao invés do físico. Isso não quer dizer que se deve deixar de cuidar da saúde do corpo. No entanto, a força física jamais será capaz de superar os feitos da humanidade a partir do uso da sua capacidade intelectual. Em contrapartida, o ser humano cria constantemente instrumentos que facilmente realizam, inclusive com mais rapidez e eficiência, trabalhos pesados, o que coloca o intelecto num patamar de valorização muito mais elevado em relação à

⁴ O termo s. p. (sem página), é usado para referenciar-se a citações de trabalhos nos quais não consta de paginação, na obra consultada. Portanto, não foi possível ser colocada.

força física. Daí a justificativa para a afirmação anterior quanto a posição de Atenas, diante das outras realidades enfocadas.

Ainda nos dias de hoje, nota-se que aqueles que ganham maior destaque nas sociedades atuais são os que demonstram maior capacidade de raciocínio. São eles quem ocupam os melhores cargos nos setores trabalhistas, bem como recebem melhor remuneração salarial. Entre os praticantes de ações criminais, por exemplo, geralmente os que praticam crimes fazendo uso do raciocínio, conseguem ficar impune, muitas vezes, enquanto que os “ladrões de galinha”⁵, geralmente são severamente punidos.

1.2 A avaliação na Idade Média

Diferente da Idade Antiga, a Idade Média foi marcada pelo seu grande foco voltado para a espiritualidade. Valorizavam-se prioritariamente conhecimentos cuja explicação não se dava pelos sentidos e as verdades não eram comprovadas pela inteligência, mas sim através da fé, de revelações divinas (LIMA, 2008, s.p.). A veracidade dos fatos não se baseava em comprovações via estudos e/ou pesquisas de cunho científico, mas nos valores conquistados por quem sugeria ou professava algo a ser acatado por outros. Nessa linha de pensamento, era de extrema importância considerar as experiências de vida de quem fazia alguma afirmação, contexto no qual se encontram os mestres⁶ e os discípulos⁷, e que tinha por base principal a capacidade de ouvir e repetir tudo o que era dito pelo mestre em demonstração à potencialidade para aprender do indivíduo, nesse caso, o discípulo. Ou seja, a atenção e a memória eram as habilidades mais valorizadas no contexto escolar dessa época.

⁵ “Ladrões de galinha” é uma expressão utilizada pela população do Nordeste baiano, para referir-se a pessoas que praticam roubos de valores quase irrisórios, muitas vezes até para saciar sua fome, e/ou de sua família.

⁶ Mestre, aqui, significa aquele considerado o detentor do saber, devido a sua experiência de vida, cujos conhecimentos possuídos são tidos como verdadeiros e quase inquestionáveis por parte dos ouvintes.

⁷ O discípulo a que se refere o contexto é aquele que depende quase, senão inteiramente dos conhecimentos transmitidos pelo seu mestre, os quais deveriam ser ouvidos e acatados sem quaisquer questionamentos ou objeções, mesmo que para isso fosse necessário ignorar suas próprias vivências e convicções.

A história não para por aí. Surge Santo Tomás de Aquino (1225-1274) que contesta o respeito exacerbado a autoridade dos mais velhos (LIMA, 2008, s.p.). Esse respeito se dava por acreditar que as experiências adquiridas durante a vida conferiam aos mais velhos grandes conhecimentos, os quais eram vistos como mais valiosos que os dos jovens e, portanto, conferia a estes o direito de falar sem serem contestados; isso até surgir Santo Tomás de Aquino, que adotara uma postura diferenciada. Nota-se também que já, desde essa época, contestava-se a relação de autoritarismo encontrada no âmbito escolar. No entanto, até hoje ainda se vê, por parte de alguns, a insistência em manter esses ranços.

Desde esta época também, as universidades já se preocupavam com algumas questões que melhorariam a educação, dentre elas a formação de professores era uma das prioridades. Devido às mudanças sociais constantes, é cada vez mais necessária essa formação, pois os profissionais da área de educação e, em especial, o professorado precisa estar cada vez mais preparado para atuar, devido a importância ímpar de sua presença e de uma atuação eficaz, pois influenciam diretamente na formação do indivíduo enquanto cidadão.

Contudo, esta visão tão avançada para a época, tendo em vista que até os dias atuais luta-se por realizar as mesmas ações, foi forte a ponto de fazer com que a construção do conhecimento na Idade Média deixasse de estar atrelada especialmente ao teocentrismo, apesar de a maioria ainda analisar os fatos com base na compreensão por fé e não por fatos e/ou estudos dos mesmos.

Ficou claro até aqui que a construção do conhecimento sempre foi analisada a partir de um único olhar, uma única linha de pensamento, deixando à margem o que poderia ser utilizado de correntes de pensamentos diferentes, e que possibilitaria aprimorar a metodologia utilizada. Daí, talvez um grande erro, pois se acredita não existir, nem nunca ter existido um modelo perfeito. Esse erro é percebido em todos os períodos apresentados até então. Outro fator de peso na história, a ponto de perdurar até os dias atuais, pode ser percebido na postura de muitos profissionais que buscam um modelo ideal e, por não encontrarem, permanecem estáticos, desprovidos da confiança de alcançar soluções para as

dificuldades e os problemas existentes. Ao que parece, buscam uma fórmula secreta para o ato de avaliar, coisa que possivelmente nunca seja encontrada ou construída.

1.3 A avaliação no Renascimento

O próprio nome dado à época, Renascimento, diz muita coisa, pois nesse período a avaliação ganhou uma roupagem diferenciada se comparada com o modelo anterior, passando a assumir um caráter humanista, o qual possuía duas correntes denominadas como a “corrente do humanismo cristão e corrente do humanismo pagão”.

Enquanto que, a corrente do humanismo cristão trazia valiosas contribuições para a avaliação através de uma orientação psicológica que visava atender as diferenças individuais dos alunos, a fim de que fossem preparados para a vida de acordo com as suas necessidades, interesses e aptidões. A corrente do humanismo pagão exaltava a individualidade humana, considerada como um fim em si mesma: a supervalorização do eu individual sem quaisquer vínculo com valores transcendentais (LIMA, 2008, s.p.).

A primeira corrente demonstra uma preocupação em atender cada indivíduo, respeitando suas peculiaridades, ao mesmo tempo em que se preocupa em prepará-lo para atuar na sociedade. Talvez seja este o propósito que se vem tentando introduzir nos métodos avaliativos, até os dias de hoje, e que ainda há dificuldades em fazê-lo, pois todos os indivíduos são submetidos a um mesmo método avaliativo em classes compostas por indivíduos vindos de realidades sócio-culturais diversas e, portanto, maneiras de aprender também. Tais diferenças são, em muitos momentos, ignoradas por parte de muitos, seja por falta de conhecimento desta realidade, ou mesmo como forma de lidar com situações para as quais não se sentem preparados, fazendo dessa atitude uma “válvula de escape”. Além disso, esse olhar para as particularidades não implica um trabalho pautado em individualismos, mesmo porque todo ser humano pertence a um meio social sobre o qual exerce influência e do qual também recebe.

Contudo, o que houve de mais importante nessas correntes foi justamente a divergência entre as mesmas, dando origem à ciência moderna, que não mais acatava os fatos, as afirmações, pela simples exposição, mas questionavam e

buscavam uma explicação lógica e convincente para os acontecimentos, construindo assim novos conhecimentos, não mais pautados apenas na fé.

A verificação do aproveitamento do aluno, nesse período, dava-se da seguinte maneira: era pedido que o aprendiz realizasse determinada leitura, em voz alta; de acordo com sua desenvoltura, o mesmo era julgado apto ou não. Um dos critérios de avaliação observados durante a execução dessas atividades era o uso correto da linguagem culta. Além disso, a leitura deveria ser feita em tom moderado de voz. Tais atividades supervalorizavam apenas a habilidade e a desenvoltura dos alunos na leitura, como se a prática da mesma fosse o único alvo de aprendizado, ou como se a mesma fosse, sozinha, suficiente para avaliar o aprendiz e “medir” o seu conhecimento.

1.4 A avaliação nos Tempos Modernos

O surgimento da imprensa marcou os Tempos Modernos com a sua contribuição para o desenvolvimento das mais variadas atividades intelectuais. Os livros se multiplicaram, tornando-se acessíveis a todos, escolas foram fundadas e bibliotecas criadas.

Devido a invasão de Constantinopla, pelos turcos, os sábios bizantinos foram obrigados a refugiarem-se na Itália, levando consigo a mais antiga importante obra dos escritores da antiguidade, o que despertou nestes um grande interesse pelo estudo das línguas antigas. Foi nessa época também que surgiram as obras primas das línguas modernas (LIMA, 2008, s.p.).

Até então, as práticas avaliativas eram baseadas unicamente na oralidade. Isso até 1702, em Cambridge, na Inglaterra, quando foi utilizado o primeiro exame escrito, o qual é um dos mais utilizados atualmente pelas instituições escolares, no intuito de quantificar o aprendizado do aluno. A atividade e/ou prova escrita ganhou tanta força que, talvez por conta disso, tanto alunos quanto pais, costumam ver qualquer outro tipo de atividades, seja de caráter avaliativo ou não, como algo sem sentido, o que os leva a reclamar dos professores e fazerem cobranças exageradas; a exemplo disso, pode-se relatar o velho dever de casa, tão requisitado ainda por

muitos. Há pais que chegam a usar o termo “preguiçoso” para referir-se a professores que não mandam frequentemente exercícios para seus filhos responderem em casa.

1.5 A avaliação na Idade Contemporânea

A Idade Contemporânea teve seu início no final do século XII e estende-se até os dias atuais. Neste período, surgem fortes resistências contra a corrente de ensino humanista tradicional ao passo que o ensino das ciências naturais, as línguas modernas e os trabalhos manuais ganham ênfase.

A educação, nos séculos XIX e XX, foi marcada pela presença do individualismo como corrente pedagógica predominante. Ainda no início do século XX, priorizou-se a questão técnica da educação e, por fim, na atualidade existe grande preocupação com o resgate aos valores, uma busca pela formação completa do indivíduo que vai desde a formação intelectual e científica, a qual se faz muito necessária para o campo de trabalho, cada vez mais seletivo e exigente de profissionais aptos para as variadas situações e os diversos espaços, à formação étnico-religiosa, tendo em vista também que a preparação técnica por si não é suficiente na formação de bons profissionais, pois esses indivíduos precisam lidar com as relações intra e interpessoais, no seu cotidiano. Daí a necessidade dessa formação como um todo. Motivo pelo qual também se faz necessária a atuação não só da escola, mas da família, como sendo indispensável nesse processo.

Essa nova visão requer, acima de tudo, maneiras mais eficazes na hora de avaliar. Porém, ocorre que, segundo Marques (s.d., s.p.) “quando optamos por uma nova postura em avaliação, terá que haver anteriormente uma mudança interna, pessoal de postura. Ou seja, temos que mudar nossas velhas verdades e transformá-las”. Por outro lado, nossa educação é fruto de construções sociais históricas, trazendo consigo muitos ranços dos quais muitos educadores sentem dificuldade de se libertar, acarretando, assim, muitos entraves no âmbito educacional e, em especial, ao ato de avaliar. Por isso tanta angústia tanto da parte de educadores quanto de educandos.

1.6 O surgimento da Avaliação no Brasil

A avaliação no Brasil, assim como toda a história sócio-econômica e cultural brasileira, sofreu diversas influências, inclusive vindas de outros países. O início de tudo isso foi o período em que o país passou a ser colônia de Portugal. E, por mais que o Brasil tenha se expandido e conquistado seu espaço, permanece ainda sendo influenciado constantemente por culturas externas, principalmente com o processo de globalização. Como exemplo vivo disso, pode-se citar a avaliação escrita, os exames, instrumentos mais usados ainda nos dias atuais e que tiveram sua origem, segundo Lima (2008), em “1599, trazida ao Brasil pelos jesuítas”, os quais, conforme a história da educação, foram os responsáveis pelo surgimento da escola brasileira. É claro que com intuitos que nada condizia com os objetivos almejados pela educação na atualidade, no que diz respeito ao seu sentido verdadeiro, de formação de cidadãos. Muito pelo contrário: enquanto naquela época a intenção era aculturar – atitude de desrespeito aos costumes e tradições do povo – hoje, busca-se resgatar e trabalhar o povo para lidar com a diversidade de forma consciente, respeitando as singularidades do outro.

Tal fato tem seu lado positivo, por basear-se em experiências que deram certo ao se pensar a avaliação, pois toda construção científica tem como base experiências anteriores. No entanto, o Brasil é um país com realidades ímpares⁸ em seu território. Daí a necessidade de maneiras singulares no desenvolver do seu processo educacional e em especial do processo avaliativo.

É imprescindível destacar que o Brasil ainda não se libertou, no todo, dos ranços deixados no decorrer da história, motivo pelo qual se encontra ainda tanta dificuldade na efetivação de um processo de avaliação eficaz.

No capítulo seguinte trataremos das funções da avaliação, no intuito de entendermos claramente qual o verdadeiro papel desse importante instrumento no âmbito educacional.

⁸ “Ímpares” aqui se apresenta no plural para expressar a diversidade que o Brasil possui dentro do seu próprio território, o que jamais pode ser generalizado. Uma vez que o país é tão diversificado, estaria mais uma vez ignorando a sua realidade.

CAPÍTULO II

2. Funções da Avaliação

A avaliação serve para aproximar quem educa de quem é educado em benefício ao educando, para que este descubra a si próprio e conheça as possibilidades do vir a ser.

(Hoffmann)

Baseado no conceito de que a avaliação escolar é um processo pelo qual se observa, verifica, analisa e interpreta resultados em forma de dados, nota-se que no decorrer dos anos houve grandes e significativas mudanças em torno dos conceitos, bem como das funções que a mesma desempenha no processo educacional.

Para tanto, é preciso entender a avaliação como termômetro da educação, o que não equivaleria dizer ou continuar com a retórica aplicada por muitos que desde sempre estamos passando provas e rabiscando suas respostas de vermelho. As implicações vão mais longe do que se imagina. Os testes criam nos alunos e nos professores uma cultura que nada tem com o aprender. Desde muito cedo, os assuntos que interessam nas salas de aula passam a ser “o que vai cair na prova”, sem saber quais páginas devem ser decoradas. O próprio professor divide o saber em segmentos, apesar de todo conteúdo programático seguir uma seqüência lógica em que um assunto se apóia em outro, nas provas e testes só é cobrada a matéria do bimestre, como se a cada dois meses uma disciplina completamente nova surgisse do nada, tornando desnecessário o que foi aprendido antes. Isso fica claro e dramático quando percebemos que os alunos não se adaptam à realidade escolar e só conseguem aprender fora da escola, criando um distanciamento entre ela, sociedade e aluno.

Alguns estudiosos apontam o século XX como o século da evolução em torno da avaliação. Conforme Guba e Lincoln, *apud* Firme (1994), são quatro as gerações que a avaliação vem passando, as quais foram denominadas como: mensuração, descritiva, julgamento e negociação. É importante destacar cada uma delas para uma melhor compreensão da função da avaliação nessa trajetória.

2.1 Mensuração

Do ponto de vista desta geração, a avaliação apresenta-se como o ato de medir, o que, conforme a própria definição, caracteriza-se pela preocupação centrada na elaboração de diversos instrumentos (testes e exames), a serem utilizados na verificação do aprendizado, os quais eram considerados indispensáveis, uma vez que possibilitariam classificar os alunos, o que conferia ao avaliador um papel meramente técnico.

O papel do professor, conforme a visão dessa geração, está longe do que se pensa como verdadeiro papel daquele que atua como mediador do conhecimento, no processo de ensino e aprendizagem, objetivando a formação para o exercício da cidadania. Ao contrário, assemelha-se ao que Paulo Freire chama de “educação bancária”, a qual vê o aluno como ser vazio de conhecimento, pronto a tão somente receber o conhecimento pronto e acabado, o qual seria depositado pelo professor que, também de acordo com esta visão, e ao contrário do aluno, assumiria o papel de detentor de todo o saber.

Nesse contexto, os instrumentos avaliativos são aplicados com o objetivo exclusivamente de verificar o quanto o aluno absorveu quantitativamente daquilo que o professor lhe transmitiu. Tal atitude mostra-se excludente e ignora totalmente a capacidade que os estudantes possuem de construir seu próprio conhecimento com base em suas experiências pessoais, bem como sua capacidade de interagir com o mundo à sua volta.

2.2 Descritiva

Essa geração deu origem ao termo ‘avaliação escolar’, tendo em vista a perda do foco central no aluno e a busca pelo que deu certo, bem como as dificuldades apresentadas. A preocupação maior centrava-se muito mais na descrição de padrões e critérios.

Fica claro que este modelo também se constitui um modelo tecnicista, o qual não tinha como objetivo principal o aprendizado dos educandos e sim, como dito

anteriormente, em descrever padrões e critérios eficazes na obtenção de meras informações sobre os participantes nos programas desenvolvidos. Porém, os resultados dessas avaliações não eram utilizados no intuito de buscar soluções para as dificuldades apresentadas, e sim para simples aprimoramento dos instrumentos, na tentativa de atender às expectativas encontradas dentro dos objetivos traçados.

É inadmissível que os instrumentos usados na avaliação dos educandos tenham o objetivo de avaliar unicamente o próprio instrumento, ou seja, analisavam-se os testes e as provas aplicadas tendo como foco a análise de sua estrutura técnica deixando de lado a importância das informações obtidas através dos mesmos para uso na melhoria do trabalho docente e, conseqüentemente, para alcance de aprendizagens mais qualificadas. Assim, os recursos utilizados perdiam o que deveria ser seu objetivo principal: acompanhar o aprendizado do aluno, auxiliando-o na construção do conhecimento.

Infelizmente, ainda hoje há profissionais que dão maior importância ao instrumento em si, testes e provas, do que ao objeto de estudo, o aluno, deixando de fazer uso do mesmo em benefício de um aprendizado qualitativo, desde que, do seu ponto de vista, a sua avaliação esteja bem elaborada e agrade aos seus superiores, não importa para estes os resultados que ela lhes apresenta; postura altamente tecnicista.

2.3 Julgamento

O nome 'julgamento' traz consigo uma carga negativa, se atentarmos para a história e refletirmos o quanto o Brasil foi marcado por momentos em que muitos foram julgados injustamente. A exemplo disso, pode-se trazer à memória o período em que a "Santa Inquisição" submetia a julgamentos cruéis qualquer pessoa que apresentasse algo contraditório ao que a Igreja Católica pregava e até impunha como certo ou errado, levando maior parte do povo a se calar e guardar para si seus pensamentos, caso fosse algo condenado pela igreja ou tido como mentira ou pecado, do ponto de vista dela. Em consequência disso, qualquer indivíduo que ousasse enfrentar tais dogmas era humilhado publicamente, obrigado a confessar seu "pecado" e, ainda assim, levado à morte de maneira cruel, para que servisse de

exemplo aos demais. E independente do acusado assumir-se ou não culpado, a sentença era sempre de morte, nunca havendo perdão ou absolvição.

Contudo, nesse período, havia questionamentos quanto à eficácia dos testes padronizados nos quais o avaliador assumia o papel de juiz. Além disso, seu julgamento era sempre feito com base em idéias construídas anteriormente. É correto afirmar que tudo se constrói ao longo do tempo e, por mais que surjam novas idéias, estas carregam alguns ranços das idéias anteriores a elas, não surgem do nada; o único diferencial é que a educação também seguia esse modelo e por isso o julgamento passara a ser elemento crucial do processo educativo nessa época.

2.4 Negociação

Ao contrário das demais gerações, essa vê a avaliação como um processo que interage e negocia, baseado em fundamentos construtivistas. Essa forma de avaliação surge com o intuito de substituir o modelo científico fortemente presente nas avaliações dos últimos tempos.

A função da avaliação dentro desse conceito seria a de diagnosticar, reforçar e permitir crescer. Assim, o papel do professor é o de um conselheiro, de um orientador, e não o de um juiz, júri e executor. A abordagem da avaliação como "punição" é substituída pela abordagem da "melhoria contínua". O homem hoje tem de processar informações de um modo muito diferente do de ontem.

Diante disso, Souza (1993), afirma que

A finalidade da avaliação [...] é fornecer, sobre o processo pedagógico, informações que permitam aos agentes escolares decidir sobre as intervenções e redirecionamentos que se fizerem necessários em face do projeto educativo, definido coletivamente, e comprometido com a garantia da aprendizagem do aluno. Converte-se, então, em um instrumento referencial e de apoio às definições de natureza pedagógica, administrativa e estrutural, que se concretiza por meio de relações partilhadas e cooperativas.

Esta afirmação faz lembrar o Projeto Político Pedagógico, por se tratar de um instrumento norteador dos caminhos a serem seguidos pelas escolas, bem como os

objetivos a serem alcançados, pois contém a intencionalidade da instituição escolar bem como sugestões de caminhos a serem seguidos, a partir das necessidades reais, uma vez que esse instrumento é fruto de uma construção coletiva da qual participam representantes de todos os segmentos encontrados na escola. Além disso, é alvo de observações e revisões constantes para não vir a entrar em defasagem.

É pertinente destacar que a educação no Brasil encontra-se em crise. Sistema, professores, conteúdos e alunos, sejam das escolas públicas ou privadas, desde Educação Infantil até o Ensino Superior, pois como diz Pedro Demo (1987), a escola tem sido um lugar que se tem “aula”, se “toma nota”, se “faz prova” e se “leva o diploma”. Não um local onde se educa, se pensa, se ensina. Não há aprendizado. Diante de tal realidade, ainda se pergunta qual a importância da avaliação nesse contexto.

Por outro lado, é indispensável entender a importância desse recurso, tendo em vista que a avaliação é considerada o reflexo do trabalho dos professores e não a quantificação do conteúdo absorvido pelo aluno. Logo, é importante deixar claro quais são as verdadeiras funções do processo avaliativo, tendo sempre em vista que, segundo Coll (2003), a avaliação pode ocorrer em momentos diferentes no processo educativo (no início, no decorrer e no final). Ao avaliarmos, não apenas avaliamos alguma coisa, como também para alguma coisa. Ou seja, a avaliação é carregada de intencionalidades, objetivos e metas. A avaliação constitui-se um componente de tomada de decisões e de ações subsequentes.

Nessa dimensão da importância do ato de avaliar, faz-se necessário abordar com mais detalhes essas três importantíssimas funções que a avaliação assume: Diagnóstica, Formativa e Somativa.

2.4.1 Função Diagnóstica

A função diagnóstica tem como objetivo identificar, analisar as causas de repetidas incapacidades na aprendizagem, evidenciando dificuldades em seu desempenho escolar. O propósito dessa avaliação é permitir ao professor conhecer

o seu aluno. De acordo com Miras e Solé (1996, p. 381), a avaliação diagnóstica possibilita a obtenção de informações acerca das capacidades do aluno antes de iniciar um processo de ensino e aprendizagem.

Nesse momento, pretende-se averiguar a posição do aluno em face de novas aprendizagens que lhe vão ser propostas e as aprendizagens anteriores que servem de base. A avaliação diagnóstica pode e deve ser referida em qualquer momento que o professor ou a escola julgarem necessária.

Esse tipo de avaliação deve ser aplicado no início do ano letivo, mais especificamente no primeiro dia, ou durante toda a primeira semana de aula, visando a identificação de conhecimentos prévios e/ou características de cada aluno para, a partir daí, mediar a enturmação, encontrar maneiras adequadas de permitir que os alunos equiparem seu nível de conhecimentos, descobrir qual o programa de curso mais adequado para a turma, bem como outras características relevantes e, ainda, decidir sobre a questão da recuperação paralela.

Essa mesma avaliação deve ser realizada também com a chegada de novos alunos, uma vez que os mesmos podem apresentar situações diversas, tendo em vista o fato de serem oriundos de uma realidade distinta. E o professor precisa proporcionar-lhes conforto e segurança para que se adaptem à nova turma. Isso ainda deve acontecer no início de cada unidade, podendo reforçar o que foi visto até então e o que sabem sobre os assuntos seguintes, aproveitando para fomentá-los, despertando seu interesse pelo tema.

Ao elaborar as atividades de sondagem, é preciso que o profissional tenha clareza do que quer saber, sobre o que vai ensinar e o que os alunos precisam aprender para que possa compreender o curso e o professor saiba o que vai ensinar.

Identificar o conhecimento relevante dos alunos, bem como as características da turma, permite ao professor fazer planos para que atendam as demandas apresentadas na classe, proporcionando ao educador a consciência de estar no caminho certo.

Cada diagnóstico tem seus objetivos próprios, que muitas vezes vão além da sala de aula onde foram realizados, passando a interessar não só ao professor, mas também a outros profissionais da escola, bem como aos pais e aos próprios alunos, pois um diagnóstico adequado permite uma tomada de decisões mais ampla.

O desenvolvimento dessa função é indispensável em qualquer processo de avaliação que pretenda ser eficaz, pois possibilita dar continuidade a esse processo e sem ela não é possível seguir com objetividade. Pode-se tomar como exemplo um médico que indica determinado remédio para qualquer que seja o paciente sem antes fazer o diagnóstico necessário, correndo o risco de levar o mesmo à morte. Portanto, não deve o educador realizar um trabalho eficiente com os aprendizes, desprovido desse recurso, pois não conhecerá as reais necessidades e, conseqüentemente, não saberá que rumo tomar. Isso o impossibilitará de chegar ao lugar ou ao objetivo desejado, ou demonstra que o mesmo não tem um objetivo previamente definido para atingir.

2.4.2 Função Formativa

A modalidade formativa informa o professor e o aluno sobre resultados da aprendizagem no desenvolvimento das atividades escolares. O educador a utiliza no decorrer do ano letivo. Essa avaliação tem papel de corrigir rumos, rever, melhorar, reformar, adequar o ensino de forma que os alunos atinjam os objetivos da aprendizagem.

Segundo Oliveira (2002), a avaliação formativa é realizada pelo professor diariamente, ocasionalmente e periodicamente. Também, segundo Haydt (1995, p. 17), a avaliação formativa permite constatar se os alunos estão realmente atingindo os objetivos pretendidos, verificando a compatibilidade entre tais objetivos e os resultados efetivamente alcançados durante o desenvolvimento das atividades propostas.

A Função Formativa proporciona ao professor a oportunidade de avaliar a aprendizagem do alunado de forma contínua e informal, tendo como principal objetivo assegurar que os discentes atinjam os objetivos pretendidos. Ela também

possibilita que o professor identifique os tipos de dificuldades que causam as deficiências apresentadas pelos alunos possibilitando uma nova reorganização daquilo que está sendo ensinado. Essa função de maneira nenhuma deve ser usada como forma de punição, para quantificação, tampouco para estabelecer comparações entre níveis de conhecimentos de alunos.

À luz do que diz Bloom, Hastings e Madaus (1975), este tipo de avaliação deve proporcionar uma interação entre professor e aluno, pois, a partir da dificuldade apresentada, o professor precisa agir de forma imediata realizando as intervenções de modo que possibilite ao aluno entender sua própria deficiência e supera-la dentro de um espaço de tempo razoável para que não se atrase e possa acumular lacunas maiores no processo de ensino e aprendizagem. Nessa avaliação, o professor precisa criar situações inteligentes para interferir de forma que o aluno saia do seu espaço de acomodação. Vale lembrar que essas atividades precisam ser desafiadoras, pois como diz Vigotsky (2000), precisamos desenvolver atividades que estejam próximas às aprendizagens dos alunos, nem aquém nem além do seu conhecimento, atingindo a ZDP - Zona de Desenvolvimento Proximal.

2.4.2.1 Metacognição x Avaliação Formativa

Compreendendo que as Estratégias de Aprendizagem que estão diretamente ligadas ao construtivismo e ao processo de metacognição, esta oportuniza uma aprendizagem mais rica e concreta, além de provocar desafios e oportunidades nos quais o aluno, mediado pelo professor, é levado a construir e reconstruir seu próprio conhecimento. Essa (re)construção deverá ser baseada numa prática reflexiva sobre a ação-reflexão-ação, não só do professor, mas também do aluno, uma vez que este agora refletirá sobre sua aprendizagem e desenvolverá seu próprio processo de metacognição, ou seja, o “aprender a aprender”. O aluno promoverá sua própria aprendizagem e a compreensão dessa aprendizagem.

O conhecimento sobre a cognição e a regulação da cognição são os dois componentes da metacognição. O conhecimento sobre a cognição se refere ao que o indivíduo sabe sobre a sua própria cognição, inclui o conhecimento sobre o eu e as habilidades do eu, o conhecimento sobre as variáveis da tarefa e estratégias para

monitorar a execução. O segundo componente, a regulação da cognição, refere-se às ações que ajudam os estudantes a controlar sua aprendizagem e apresentam como diferencial o fato de que podem ser desenvolvidas e aprimoradas via instruções. A principal função das estratégias metacognitivas é oferecer ao leitor informações sobre sua ação e o progresso nela.

No treino para o desenvolvimento das estratégias metacognitivas, os professores devem dar instruções explícitas que especifiquem a direção que o aluno deve seguir. Um dos objetivos do treino em estratégias de leitura é levar os alunos a atuarem na ZDP (VYGOTSKY, 2000). Para que isso ocorra e os mesmos treinem a consciência metacognitiva, os textos utilizados e as atividades propostas para o treino devem ser adequados ao nível de instrução e/ou série em que estão sendo realizados. Não pode ser tão fácil a ponto de não exigir o uso das estratégias metacognitivas e nem tão difícil a ponto de fazer o estudante se desmotivar e desistir da tarefa.

A metacognição é a capacidade dos indivíduos de monitorar e regular os próprios processos cognitivos. Ela é considerada um importante componente no processo de aprendizado e estudos empíricos, referindo-se ao conhecimento que uma pessoa tem sobre seus próprios processos e produtos cognitivos ou qualquer outro assunto relacionado com eles.

É importante pontuar que a metacognição contém estratégias de autorregulação cognitiva, encontradas em habilidades de alto nível de abstração formal. Essas estratégias permitem aos sujeitos monitorarem seu próprio desempenho, desenvolvendo, assim, habilidades como a capacidade de resolução de problemas e tomada de decisão, bem como tem sido usada para descrever conhecimento, como se percebe, relembra, pensa e age, isto é, o que se sabe, sobre o que se sabe, é reflexão da reflexão.

A metacognição se refere ao conhecimento que uma pessoa tem sobre seus próprios processos e produtos cognitivos ou qualquer outro assunto relacionado com eles, por exemplo, as propriedades da informação relevantes para a aprendizagem. Assim fica claro ao comparar a metacognição com a avaliação formativa, que

ambas, andando em parceria, buscam desenvolver no indivíduo a capacidade de desenvolver autonomia e regular seus próprios conhecimentos em torno do objeto de estudo e/ou estudado.

2.4.3 Função Somativa

A avaliação somativa é uma decisão que leva em conta a soma de um ou mais resultados, os quais se baseiam em instrumentos diversos realizados na avaliação formativa. É esta função que confere o resultado final constante no boletim dos estudantes, mas não deve restringir-se apenas a isso.

Segundo Miras e Solé (1996, p. 378),

A avaliação somativa tem o objetivo de determinar o grau de domínio do aluno em uma área de aprendizagem, o que permite outorgar uma qualificação que, por sua vez, pode ser utilizada como sinal de credibilidade da aprendizagem realizada. Tendo também a função de classificar os alunos ao final de um período de aprendizagem, de acordo com os níveis de aproveitamento.

Percebe-se então a necessidade do cuidado para não se deter ao termo “somativa” e fazer deste tipo de avaliação uma simples junção de quantidades ou notas atribuídas às atividades realizadas pelo alunado, antes, refletir sobre esses resultados, pois eles também podem estar revelando a qualidade do trabalho realizado pelo professor e não apenas dos alunos.

Segundo Hoffmann (2001), avaliar nesse novo paradigma é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno, em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos libertários e participativos na construção de verdades formuladas e reformuladas.

São estes os que fazem acontecer e deixam sua marca na história desde o início. Comodismo não provoca mudanças. É por esse motivo que a escola deve pensar e propor atividades que despertem e agucem constantemente o senso crítico dos aprendizes, na perspectiva de vê-los buscar mudanças na sociedade e, mesmo

quando disserem sim para a opinião do outro, que essa resposta seja consciente, com base em uma reflexão crítica e não por ser desprovido dos conhecimentos necessários para refletir consciente e criticamente. Daí o porquê da necessidade de instrumentos eficazes de avaliação.

De acordo com o capítulo II (Da Educação Básica) da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional nº 9394/96, na seção I (Das Disposições Gerais) art. 24, inciso V, alínea de a a e (CARNEIRO, 1998, p. 87), a avaliação escolar deve obedecer a alguns critérios:

- a) Uma avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) A possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) A possibilidade de avanços nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) O aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus segmentos;

Frente a este contexto, o professor deve desenvolver o papel de problematizador, ou seja, questionar as situações de modo a permitir ao próprio aluno construir o conhecimento sobre o tema abordado de acordo com o contexto histórico, social e político no qual está inserido, buscando a promoção da igualdade entre educador e educando, no qual ambos aprendem, trocam experiências e aprendizagens no processo educativo, uma vez que "não há educador tão sábio que nada possa aprender, nem educando tão ignorante que nada possa ensinar" (BECKER, 1997, p. 147). Diante disso, é importante a interação do aluno no processo de ensino e aprendizagem em que cada um tem a ensinar para o outro, sendo que a avaliação é um elo entre a sociedade, as escolas e os estudantes.

Mediante tudo isso, fica claro que o ato de avaliar é um exercício mental que permite a análise, o conhecimento, o diagnóstico, a medida e/ou o julgamento de um

objeto. No que tange a educação, o objeto é o próprio aprendiz (aluno), ou a maneira como ele está associando o conhecimento adquirido no âmbito escolar com a realidade dentro e fora dos muros escolares, pois caso esta associação não esteja acontecendo, ou mesmo que aconteça, mas de maneira insatisfatória, a avaliação deve revelar tais fatores, ajudando na busca por soluções. Avaliar é um processo de autoconhecimento e, também, o conhecimento da realidade e da relação dos sujeitos com a realidade na qual se encontram inseridos.

É um processo de análise, julgamento, (re)criação e/ou (re)significação das instituições que fazem parte dessa realidade e das pessoas que a mantêm. No caso em estudo, é ou deve ser um precioso instrumento para que a escola analise o trabalho desenvolvido em seu espaço, quanto à qualidade e eficácia, na formação dos cidadãos. O professor deve se auto-avaliar, pois seu papel é de grande valor nesse processo. Não obstante, o próprio aluno, que é o maior interessado, pode e deve usar a avaliação em seu benefício, uma vez que está em jogo o seu futuro, pois fora da escola irá se deparar com um mundo altamente competitivo, onde os que pensam criticamente se sobressaem aos que não sabem organizar suas idéias de forma lógica e em acordo com o mundo a sua volta. No capítulo seguinte faremos um paralelo entre o modelo tradicional de avaliação em detrimento do que seria o modelo adequado, tendo em vista sempre o objetivo principal: a formação do cidadão.

CAPÍTULO III

3. Avaliação tradicional X avaliação adequada: caminhos paralelos ou opostos?

Repetir conceitos de avaliação é uma atitude simples e banal; difícil é praticar a avaliação. Isso exige mudanças internas do educador e do sistema de ensino.

(Luckesi)

A escola, por ser um dos principais espaços responsáveis pelo desenvolvimento do cidadão, precisa estar atenta aos métodos e/ou maneiras como está desenvolvendo seus trabalhos na busca de conhecimentos que, ao longo da vida de cada indivíduo, poderá transforma-lo, ou não, em sujeito crítico, consciente do seu papel na sociedade, ou seja, cidadão⁹ que conhece o seu papel em meio à sociedade e faz valer seus direitos, cumprindo também com seus deveres em respeito ao direito do outro.

O ato de avaliar a aprendizagem implica em acompanhamento e reorientação permanente da aprendizagem tendo em vista a obtenção dos melhores resultados possíveis, frente aos objetivos que se tenha à frente. E, assim sendo, avaliação exige um ritual de procedimentos, que inclui desde o estabelecimento de momentos no tempo, construção, aplicação e contestação dos resultados expressos nos instrumentos; devolução e reorientação das aprendizagens ainda não efetuadas (LUCKESI, 2004, s.p.).

Portanto, é pertinente enfatizar a importância desse olhar com ênfase nos métodos avaliativos utilizados pela escola, observando cuidadosamente a forma como tais instrumentos vêm sendo elaborados, aplicados e/ou analisados após a aplicação. Além disso, é importante verificar a intencionalidade com a qual estão sendo aplicados tais instrumentos. Em função disso, a avaliação escolar continua sendo um assunto polêmico nas instituições escolares e em outros espaços educacionais. Isso devido aos ranços historicamente constituídos em torno dela e que persistem, com raras exceções, o que assemelha a prática avaliativa, em pleno

⁹ O cidadão a que se refere aqui não é aquele assim considerado pelo simples fato de ter nascido em determinada localidade e por isso possui uma nacionalidade, como aconteceu em determinado tempo e espaço histórico. Mas aquele que para, além disso, sabe qual é o seu real papel na sociedade na qual se encontra inserido.

século XXI, às práticas do século passado, no qual a avaliação escolar restringia-se a simples fonte de coletas de dados escolares.

É nítido que a educação acontece de forma tradicional, desde muitos anos, e ainda persiste em muitas escolas no território nacional. Uma das características desse modelo de educação é a ênfase dada à forma como o aluno é avaliado, sem critérios definidos, ou seja, o conhecimento e/ou conteúdo é transmitido de forma que o professor é visto como detentor do saber, e os alunos meros receptores desses conhecimentos, os quais devem ser memorizados e muitas vezes se encontram desvinculados dos interesses e da realidade dos alunos. Nesse mesmo processo, os conteúdos são cobrados dos educandos através de prova escrita, mediante a qual o aprendiz receberá uma nota pelo conhecimento demonstrado, fazendo do instrumento usado um raio-X, capaz de detectar quantitativamente o que o aluno captou dentre os conteúdos trabalhados, exceto porque o raio-X, na medicina, é usado sempre para análise mais profunda em busca da real necessidade do paciente, aquilo que não é possível de se ver a olho nu, possibilitando atacar o problema. Enquanto isso, em muitos casos, na educação escolar, a avaliação é arquivada após a aplicação, ou meramente observada do ponto de vista do erro e do acerto e, dada a nota, devolvida ao aluno, sem nenhuma reflexão sobre as deficiências apresentadas.

Infelizmente, ainda hoje, as escolas utilizam basicamente um tipo de avaliação, tradicional e autoritária, o qual é usado apenas para medir e não com o objetivo de intervir para mudar alguns critérios dentro desse processo, inclusive os critérios de avaliação aplicados por alguns professores. Por exemplo, a avaliação é aplicada através de testes ou provas para que o aluno obtenha uma nota. No entanto, a avaliação precisa ser feita de forma contínua, considerando o sujeito como um todo, avaliando através da observação para constatar se o estudante está ou não progredindo e buscando soluções para que o aluno enfrente suas dificuldades e consiga ultrapassar suas barreiras e seus limites.

A avaliação escolar é um processo que deve ocorrer nos mais diferentes momentos do trabalho. [...] A verificação e a qualificação dos resultados da aprendizagem no início, durante e no final das unidades didáticas, visam sempre diagnosticar e superar

dificuldades, corrigir falhas e estimular os alunos a que continuem dedicando-se aos estudos (LIBÂNEO, 1994, p. 203).

Entretanto a avaliação deverá ser um instrumento norteador para intervir e melhorar o desempenho na aprendizagem do educando. Assim, é de grande relevância que o educador tenha consciência de sua prática pedagógica e, acima de tudo, o compromisso com o objetivo de acompanhar todo o processo de desenvolvimento do aprendiz e reflita sobre as metodologias aplicadas em todas as fases de ensino, analisando e revendo sua forma de trabalhar e avaliar, isto é, fazer também sua auto-avaliação, para que o ensino seja de qualidade e a avaliação seja utilizada objetivando o progresso do educando, considerando principalmente o desempenho e o ritmo de cada discente, e não avaliar para aprovar ou reprovar os mesmos.

3.1 Avaliação processual no ensino e aprendizagem

Quando falamos em avaliação processual, entendemos que é aquela que acompanha todo o processo de ensino e aprendizagem, isto é, através dos resultados obtidos no decorrer das observações das atividades desenvolvidas em sala de aula, o professor poderá constatar se os discentes alcançaram os objetivos propostos, verificando, assim, o nível de aprendizagem de cada um. Caso não tenha êxito para a maioria da classe, o professor deverá fazer sua auto-avaliação, como dito anteriormente, em alguns casos, mudando o seu método de ensino. Essa auto-avaliação deve ser feita de forma que leve o docente e também o discente a pensarem e analisarem os pontos positivos e negativos do trabalho desenvolvido em classe no intuito de extrair os melhores resultados e discutir novas estratégias, de modo que, ao final, todos tenham uma aprendizagem mais significativa.

Sabe-se que, a partir da metodologia que o professor usa, pode ocorrer uma aprendizagem significativa para alguns alunos e não para outros. Por isso, é de grande relevância que o professor esteja atento a essa situação e que esta avaliação seja feita no início, meio e final de cada unidade.

A função da avaliação. Será possibilitar ao educador condições de compreensão do estágio em que o aluno se encontra, tendo em vista poder trabalhar com ele para que saia do estágio defasado em que se encontra e possa avançar em termos dos conhecimentos necessários (LUCKESI, 1996, p. 81).

É válido ressaltar que a sala de aula não é homogênea, cada aluno tem um ritmo próprio, particular, de assimilação dos conteúdos. Assim, os instrumentos avaliativos devem propor atividades que possibilitem ao docente identificar o nível de cada um; isso deve ocorrer desde o início do ano letivo, pois permitirá e auxiliará ao professor trabalhar as dificuldades, no intuito de equilibrar o nível de conhecimento da turma, sem a necessidade de realizar um atendimento individualizado, pois segundo Luckesi (2004)

Para um acompanhamento individualizado dos estudantes, teríamos que ter outras condições materiais de ensino no Brasil. Todavia, importa ter claro que a prática da avaliação funciona tanto com o ensino individualizado como com o ensino coletivo. Avaliação não é sinônimo de ensino individualizado, mas sim de um rigoroso acompanhamento e reorientação das atividades tendo em vista resultados bem-sucedidos.

Nesse contexto, a avaliação assume um caráter diagnóstico, o qual se faz necessário em diversos momentos, no decorrer de cada ano letivo, permitindo perceber os possíveis avanços e/ou retrocessos dos alunos.

3.2 Qual a finalidade da avaliação e o que precisa ser mudado?

A finalidade da avaliação escrita nos projetos é, aparentemente, muito bonita; promover o desenvolvimento, favorecer a aprendizagem, etc. O problema é que existe outra finalidade da avaliação enraizada socialmente, da qual as pessoas não se dão conta, visto que o professor avalia de forma classificatória e acha que está preparando o aluno para a vida. A finalidade da avaliação é descobrir a dificuldade dos alunos e procurar meios de sanar essa dificuldade, possibilitando assim ao indivíduo ter progresso em determinado conteúdo.

Como se sabe, a avaliação servirá para detectar as dificuldades e as necessidades dos alunos e se comprometer com a superação. É evidente que o

princípio que orienta a avaliação é estar superando as barreiras. Porém, na prática, isso não vem acontecendo: a avaliação, de fato, tem servido para controlar o comportamento dos alunos, o professor acaba usando a avaliação como uma forma de controle, de ameaça, de poder, de coerção em sala de aula. Ou simplesmente serve para apontar quem está apto ou não, o que, na prática, já é um bom começo, pois se a produção do(a) aluno(a) é analisada e percebem-se as dificuldades e os limites, este momento é o ponto de partida para que haja uma avaliação adequada, e a partir das dificuldades apresentadas, o professor deverá trabalhar, no intuito de encontrar soluções para amenizar essas dificuldades apresentadas no ensino e aprendizagem.

Na realidade o que acontece é que a avaliação, não tem fundamento algum, simplesmente acaba aí, detectando o problema, mas não tentando encontrar a solução. Por exemplo, o professor passa o fim-de-semana corrigindo prova, na segunda-feira, entrega as notas na secretaria, vai para a sala de aula, vira a página do diário, e começa vida nova, como se nada tivesse acontecido, ou seja, como se todos os alunos realmente aprenderam tudo e não apresentam nenhuma dificuldade. Então, para que serviu a avaliação? Só para gerar uma nota para a secretaria, ou para que cada aluno tenha a sua classificação? A função da avaliação, na realidade, é diagnosticar os progressos e dificuldades apresentadas pelos estudantes.

A avaliação não seria tão somente um instrumento para a aprovação ou reprovação dos alunos, mas sim um instrumento de diagnóstico de sua situação, tendo em vista a definição de encaminhamentos adequados para a sua aprendizagem (LUCKESI, 1996 p. 81).

Partindo desse ponto de vista, percebe-se a complexidade do ato de avaliar. No entanto, é preciso que o educador esteja sempre criando ou buscando novos caminhos e mecanismos para avaliar no processo ensino e aprendizagem, visto que a prova escrita não é o único método avaliativo e, com certeza, não mede a capacidade cognitiva de indivíduo algum.

Porém, até hoje, quando se fala de avaliação, primeiramente vem no pensamento de muitos, tanto professor, quanto aluno, a questão da prova escrita.

Quando na verdade, é preciso mudar esse conceito, pois se sabe que alguns professores têm consciência da finalidade da avaliação, mas ainda são vistos em algumas instituições cometendo erros, teoricamente demonstram entender, no entanto, na prática, entram em contradição.

O conhecimento dos diferentes instrumentos para avaliação e da melhor forma de utilizá-los é um dos recursos de que o professor competente deve dispor. Este conhecimento está ligado à convicção de que a avaliação não deve servir de instrumento de pressão para manter a disciplina em aula ou de fazer o aluno estudar (MORETTO, 2005. P. 31).

Infelizmente, alguns professores se apoderam da “avaliação”, ou seja, da “prova” para um acerto de contas, o que é um erro gravíssimo. Para Moretto (2005, p. 31) “a prova é um momento privilegiado de estudo e não um acerto de contas”. Segundo ele, é preciso ter a habilidade na elaboração da prova e saber contextualizar de acordo com os objetivos propostos, elaborando questões com coerência com o conteúdo para não confundir a cabeça do discente.

Vale ressaltar que a prova escrita pode e/ou deve ser usada nas escolas, mas que não seja a única forma de avaliar o aluno, pois avaliação é estabelecer metas e critérios para saber como, quem e o que avaliar para que ocorra uma aprendizagem mais significativa.

A finalidade da avaliação nesse contexto deve ser libertadora, com a escola cumprindo sua função social, transformadora, contribuindo para que os alunos aprendam mais e melhor, tendo em vista um compromisso social.

Espera-se que, através da avaliação, os docentes passem a captar as necessidades dos alunos em termos de aprendizagens, fazendo uso de critérios que reflitam no seu desempenho cognitivo. Para tanto, a avaliação precisa ser vista como uma das mais importantes ferramentas à disposição dos professores para alcançar o seu principal objetivo, que é ajudar os alunos a avançarem.

Voltando à questão da prova escrita aplicada nas escolas, percebe-se que muitas vezes acontece a exploração exagerada da memorização, pois o aluno

decora todo o conteúdo dado pelo professor, de determinada matéria, e que será cobrado no teste ou na prova. Não se pode negar a importância da memorização no processo de aprendizagem, desde que seja acompanhada da compreensão, do significado do conhecimento adquirido no determinado assunto.

Parte dessa memorização é nítida nas provas de História e Geografia, em que muitas vezes a prova é elaborada através de perguntas com base no questionário dado anteriormente. Por conta disso, os alunos estão mal acostumados e pensam estudar como simplesmente decorar questionários, ao passo que, quando o professor não o faz, ou não “cobra” alguma questão do questionário, os alunos reclamam imediatamente alegando que a questão encontrada na prova não faz parte do questionário o qual “estudou”.

É muito comum o uso e o abuso da memorização, e isso é uma das características de escolas usuárias de métodos tradicionais, onde os alunos aprendem os conteúdos de forma mecânica, sem significado algum. Outra característica é vista sempre por parte de alguns professores, ao usarem algumas expressões objetivando maior interesse nas aulas, ou simplesmente para repreender os estudantes. Dentre estas, encontramos:

“Prestem atenção nesse assunto e copiem tudo, pois vai cair na prova.”

“Se não ficarem comportados, farei uma prova surpresa.”

“Já que vocês não param de brincar e só querem ficar com conversas paralelas, considere o assunto dado e tenha certeza que vai ser cobrado na prova.”

O uso de ‘ameaças’ nas práticas chamadas de avaliação, não tem nada a ver com avaliação, mas sim com exames. Através dos exames, podemos ameaçar ‘aprovar ou reprovar’ alguém; na prática da avaliação, só existe um caminho; diagnosticar e reorientar sempre. A avaliação não é um instrumento de disciplinamento do educando, mas sim um recurso de construção dos melhores resultados possíveis para todos. A avaliação exige aliança entre educador e educandos; os exames conduzem ao antagonismo entre esses sujeitos, daí a possibilidade da ameaça (LUCKESI, 2004).

Como foi dito anteriormente, o uso exclusivo da prova pode torná-la uma arma para o professor atacar o aluno, como forma de acerto de contas. E na

realidade o propósito da avaliação não é esse, e sim ajudar o estudante a desenvolver suas habilidades e sanar as dificuldades apresentadas durante todo o processo da aprendizagem, afinal, somos eternos aprendizes.

Frente a esse tipo de postura, Luckesi (2004) afirma que

A questão básica é distinguir o que significam as provas e o que significa avaliação. As provas são recursos técnicos vinculados aos exames e não à avaliação. Importa ter-se claro que os exames são pontuais, classificatórios, seletivos, antidemocráticos e autoritários; a avaliação, por outro lado, é não pontual, diagnóstica, inclusiva, democrática e dialógica.

Porém, muitos professores se preocupam tanto com a quantificação que não conseguem desenvolver uma avaliação de qualidade. Além disso, muitos profissionais, mesmo percebendo dificuldades por parte dos aprendizes, sentem-se obrigados a seguirem com novos conteúdos, tendo em vista um programa sequencial a ser trabalhado até o final do ano. Tal atitude resultará no processo “bola de neve”, acarretando uma série de dificuldades, e, no final do ano, o aluno poderá não ter adquirido os requisitos básicos para se desenvolver com facilidade no ano seguinte. Com isso, poderá ser necessário repetir a mesma série, ou avançar e sofrer pela falta dos conhecimentos que deveria ter adquirido no ano/série anterior. Para que isso não ocorra, Luckesi (2004) deixa claro que “podemos nos servir de todos os instrumentos técnicos hoje disponíveis, contanto que a leitura e interpretação dos dados seja feita sob a ótica da avaliação, que é diagnóstica e não de classificação.”

Para minimizar essas deficiências no processo da avaliação tradicional, apresentamos algumas sugestões com base nas considerações de Libâneo:

- ❖ Não limitar a avaliação simplesmente ao ato de aplicar testes ou provas para obter uma nota;
- ❖ Nunca utilizar a avaliação como forma de punição ou recompensa para alguns alunos;
- ❖ Não achar que os professores que reprovam muitos alunos, são os melhores, pois o ensino é mais “puxado”, isto é, dificulta e o aluno aprende melhor.

Entretanto, o educador não poderá desconsiderar o critério da avaliação, ou avaliar de forma aleatória, ou seja, usar um único instrumento de avaliação, ou mesmo uma forma de avaliar, por exemplo, a avaliação objetiva, e sim, utilizar mecanismos facilitadores do aprendizado. Avaliar também através de seminários, trabalhos em grupo e individual e principalmente a auto-avaliação, isto é, analisar suas aptidões, pontos fracos e fortes, através de observações, acompanhamento e registros.

Contudo, não se pode perder de vista que, segundo Hoffmann (2005, p. 37), “muitas vezes, não se trata de fazer tarefas diferentes, mas de interpretar de forma diferente as tarefas e os registros que se fazem.” Portanto, de nada adianta elaborar variados instrumentos avaliativos, ou procurar diversas formas de avaliar se o olhar do professor não for atento e analítico o suficiente para perceber e respeitar as particularidades, ou mesmo para reconhecer as suas próprias dificuldades, pois implicaria a permanência da postura tradicional e a avaliação perderia sua essência que é a de ajudar alunos e professores a se tornarem grandes parceiros na construção e aquisição de novos conhecimentos.

4. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A mudança da avaliação é fundamental para que deixe de atrapalhar a prática pedagógica e ajude a qualificá-la.

(Vasconcellos)

A construção desse trabalho permitiu constatar a necessidade que se deve ter na efetivação do ato de avaliar. Esta ação no âmbito escolar é carregada de intenções, objetivos e significados, logo não é neutra. Além disso, jamais deve ser encarada como objeto de punição ou rotulações. No entanto, ela traz consigo uma grande carga de significados positivos e negativos, tanto para quem avalia, quanto para quem é avaliado. Dessa forma, é preciso pensar em maneiras de avaliar que favoreçam a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas restrições e/ou limitações.

Objetivando um aprofundamento no que tange a avaliação do ensino e aprendizagem, buscamos registrar idéias de alguns estudiosos, os quais apresentam pesquisas em torno do tema avaliação. Com base nesta análise, foi percebido que o ato de avaliar deve ser visto e utilizado para diagnosticar o desenvolvimento da aprendizagem do educando de modo a favorecer ao mesmo proporcionando um aprendizado eficaz e significativo.

É preciso ter em mente que, na atualidade, diante de uma sociedade na qual o conhecimento encontra-se tanto em rede, através da tecnologia dos computadores, quanto em bibliotecas, as quais se fazem presente em diversos espaços escolares, não faz sentido lançar-se mão de uma avaliação meramente classificatória. Deve-se atentar para a existência de contextos diversos, tanto do ponto de vista cultural quanto histórico, presente no cotidiano dos aprendizes. O perfil cultural dos alunos na atualidade difere, em grande escala, do perfil de alunos de períodos anteriores. Apresenta uma leitura de mundo complexa, que requer discussões em torno da mesma e também valorização. Assim sendo, não se pode querer as mesmas respostas de todos os alunos, ou meras reproduções daquilo que os professores mediarão e/ou transmitiram. Devem-se considerar as leituras de

mundo, juntamente com o conhecimento adquirido, para, a partir daí, fazer uma relação destes itens com aquilo que vai ser trabalhado na escola.

Faz-se necessário também atentar para a forma como as atividades de caráter avaliativo dos alunos vem sendo corrigidas, tendo em vista que esta correção precisa respeitar os diferentes contextos e culturas. É preciso convidar os alunos a se juntarem aos professores nesse processo de avaliação, visando sempre à melhoria da qualidade no acompanhamento dos mesmos, possibilitando o desenvolvimento de competências além de auto-regular seu próprio processo de construção e/ou reconstrução do conhecimento.

Outro ponto importante percebido é a maneira deturpada como são encarados o erro e o acerto, os quais precisam ser vistos como ponto de partida para o avanço no aprendizado. O erro nunca deve ser motivo de punição nem resultar em estereótipos para os alunos. É preciso encontrar a origem do erro, utilizando-o para auxiliar o educando na busca de novas estratégias na construção de sua aprendizagem. Do mesmo modo, não se podem usar os resultados obtidos nas avaliações para recompensar alguns, pois esse não é o papel delas. Além disso, não se pode fazer da avaliação simples aplicação de testes ou provas para obter uma nota, mas é preciso utilizar-se de diversos instrumentos e formas de avaliar para não incorrer em questões causadoras de trauma nos alunos e conflitos entre os pais, professores, alunos e outros profissionais da escola. Desse modo, consideramos pertinente promover discussões em torno do sistema de progressão, pois o aluno precisa ser avaliado continuamente e sempre respeitando o seu ritmo de aprendizagem.

O papel do professor é de fundamental importância nesse processo desde que ele seja mediador, facilitador do ensino e aprendizagem; capaz de criar condições necessárias para que os aprendizes se apropriem continuamente do conhecimento, com autonomia e eficácia.

Encontram-se ainda enraizados no processo de avaliação do ensino e da aprendizagem alguns ranços herdados do passado, mas que não impedem que a avaliação seja parte importante desse processo. Por outro lado, à medida que a

avaliação prossegue presa a uma pedagogia defasada, a evasão terá força e os aprendizes e a sociedade como um todo continuarão à mercê de uma minoria, voltada para valores de matéria ditadora, resultado de uma democracia mascarada e opressora.

Finalmente, defendemos a importância da avaliação mediadora e/ou formativa no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem dos alunos, pois essa perspectiva de prática avaliativa deixou claro que, quando o educador desenvolve o processo de ensino e aprendizagem com situações desafiadoras, estimuladoras e mediadoras, o educando tem a oportunidade de construir seu próprio conhecimento de acordo com suas possibilidades, seus limites, sem medo de errar e/ou buscar outras alternativas para aprender.

Portanto, faz-se necessário, deixar claro que, caso queiramos estudantes competentes, é preciso ir além do ensino para a obtenção de conceitos abstratos. É preciso romper o que propõem os conteúdos dos livros didáticos, inserindo no contexto da sala de aula a cultura social atual e promovendo a interdisciplinaridade com base na realidade vivenciada. Além disso, é preciso que se lance mão de instrumentos avaliativos eficazes, que não incentivem a mera memorização de conteúdos obsoletos, mas que incentivem o aluno a usar sua capacidade de raciocínio na construção de conhecimentos que o preparem para a vida do ponto de vista global. Dessa forma, a escola estará propiciando um aprendizado significativo que contribuirá para a formação de indivíduos críticos, atualizados, conscientes e felizes.

5. REFERÊNCIAS

BECKER, Fernando. **O caminho da aprendizagem**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

BIBLIA. Juizes. Português. **Bíblia de estudo pentecostal**. Almeida Revista e Corrigida. Rio de Janeiro: CPAD, 1995. p. 381-419.

BLOOM, B. S.; HASTINGS, J. T.; MADAUS, G. F. **Evolucion del aprendizaje**. Buenos Aires: Troquel, 1975.

BRASIL. Secretaria de Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COLL, César Salvador. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. 1 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. Col. polêmicas do nosso tempo. 7 Ed. São Paulo: Cortez, 1987.

FIRME, T. P. Avaliação: Tendência e Tencionalidade. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro, V.2 nº 1. p. 57-61, out/dez, 1994

HAYDT, R.C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática. 1995.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**. 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

_____. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto alegre: Ed. Mediação, 2001.

KRAEMER, Maria Elizabete Pereira. Avaliação da aprendizagem como um processo construtivo de um novo fazer. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**. Unicamp: Campinas, São Paulo, v. 10, nº 2 p. 137-147, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Avaliação escolar**. In: Didática. 12 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, João do Rosário. **O Processo histórico da avaliação**. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-online-artigos/o-processo-historico-da-avaliacao-435698.html>> Acesso em: 10 de abril de 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Considerações gerais sobre avaliação no cotidiano escolar. **Aprender a fazer**. Curitiba, PR: Gráfica Expoente, nº 36, 2004, p. 4-6. Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/texto/avaliacao_consideracoes_gerais_%20sobre_avaliacao.doc> Acesso em: 21 de maio de 2009.

MARQUES, Warlen Fernandes Soares. **Avaliação educacional: trilhando novos caminhos**. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=280>> Acesso em 15 de abril de 2009.

MIRAS, M.; SOLÉ, I. A evolução da aprendizagem e a evolução do processo de ensino e aprendizagem. In COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1996.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo - não um acerto de contas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA, G. P. de. **Avaliação formativa nos cursos superiores: verificações qualitativas no processo de ensino-aprendizagem e a autonomia dos educandos**. Disponível em: <<http://www.rioei.org/deloslectores/261Pastre.PDF>> Acesso em 13 de maio de 2009.

OLIVEIRA, João Batista de. **Aprender e ensinar**. 4 ed. São Paulo: Global, 2002.

SOUZA, C. P. de. (org) **Avaliação do rendimento escolar**. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1993.

VASCONCELLOS, Celso S. **Concepção libertadora do processo de avaliação escolar**. 4 ed. São Paulo: Libertad, 1994.

VYGOTSKY, Lev. O teórico do ensino como processo social. **Nova Escola**. São Paulo: fev. 2000, p. 27.